

A Petrobras e o Gasoduto Brasil - Bolívia

Nota da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET sobre o gás da Bolívia

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás, com a autoridade de ter sido a maior voz que se manifestou, com veemência, contra o projeto e o contrato do gasoduto Bolívia-Brasil da forma como foi concebido, vem a público se posicionar sobre a recente atitude do governo boliviano na nacionalização do gás e demais instalações petrolíferas naquele país.

Fomos contra o projeto pelas seguintes razões:

1) Era danoso para a Petrobrás: a fim de viabilizar o mercado para as reservas que as multinacionais Enron, Total, Shell (campo de Camisea, no Peru) haviam descoberto na Bolívia (e Peru), a Petrobrás foi obrigada a investir no pior projeto de sua história: o do gasoduto Bolívia-Brasil. Ele tinha economicidade duvidosa, pois a taxa de retorno, calculada na época por especialistas da empresa, era 10% ao ano e o custo financeiro 12% a/a.

O contrato, ainda, continha cláusulas leoninas contra a Petrobrás, entre elas aquela denominada 'take or pay' que a obrigava a pagar pelo volume de gás contratado, mesmo que não tivesse demanda para o referido volume (a Petrobrás chegou a importar 12 milhões de metros cúbicos por dia e pagar por 24 milhões); a Petrobrás seria obrigada a bancar o risco cambial já que o gás era importado em dólar e o preço dele era atrelado ao preço internacional do petróleo; a Petrobrás seria obrigada a comprar a energia gerada pelas usinas termoelétricas a serem construídas (perdeu US\$ 2 bilhões pagando energia das três usinas marchant da Enron, El Passo e Eike Batista, sem que elas gerassem um único Kilowatt).

Acabou tendo que comprar as três usinas para estancar a sangria. Finalmente havia dúvidas se a Bolívia tinha as reservas de gás apregoadas. A pressão da AEPET gerou a pesquisa da Petrobrás para comprovar as reservas e ela acabou descobrindo os campos de San Alberto e San Antonio, cujas reservas se revelaram maiores do que as das multinacionais;

2) Era ruim para o Brasil: para viabilizar o uso do gás o governo FHC suspendeu os projetos de hidrelétricas em andamento, desprezando um potencial de 120% de energia elétrica a ser gerada de forma limpa e renovável. Iria sujar a matriz energética brasileira e criar a dependência de um insumo energético externo, comprado em moeda forte e controlado por transnacionais que só visam lucro. Além disto, determinou a Petrobrás suspendesse suas pesquisas em energia renovável como biomassa, eólica, solar e outras. Foi extinta a Divisão de Fontes Alternativas (DIFEA). Um desastre estratégico;

3) Era ruim para a Bolívia: pelo fato de as reservas pertencerem às multinacionais e o Governo Boliviano deter pouco mais de 10% delas, o povo boliviano não teria nenhum benefício com a exploração da única riqueza que lhe restava. Ao contrário, iria ver o seu patrimônio ser dilapidado pelas multinacionais, restando-lhe apenas cerca de 30%, em impostos que seriam usados para pagar dívidas contraídas com bancos americanos e parte do gasoduto construída em seu território. O economista americano Jeffrey Sachs fez um plano para acabar com a inflação boliviana e acabou com a economia do país. Aliás, o então presidente boliviano, Sanchez de Lozada, mentor do projeto do gasoduto, junto com FHC falava espanhol com sotaque americano, o que é significativo.

Todas essas agressões cometidas contra a Petrobrás e o país tiveram maciço apoio da mídia brasileira, que também fez uma campanha insidiosa contra a empresa e o Monopólio Estatal do Petróleo. Inclusive, durante 25 anos, a Petrobrás foi obrigada a importar petróleo a US\$ 25 por barril e vender a 14 dólares o barril. Nenhuma censura da mídia sobre isto. Agora ela se arvora em arauta defensora da Petrobrás e do Brasil. Mas esta mesma mídia aplaudiu quando o governo Fernando Henrique vendeu 40% das ações da Petrobrás, em poder do governo, nos EUA, por cerca de R\$ 20 bilhões quando o valor real seria cerca de US\$ 100 bilhões, já que a Lei 9478, a do

petróleo, transferiu a propriedade das reservas da União para as concessionárias. Esta mídia aplaudiu quando o governo FHC fez uma troca de ativos com a espanhola Repsol e deu um prejuízo de US\$ 2 bilhões à Petrobras. O STJ, em decisão estranha, derrubou a liminar do SINDIPETRO-RS subsidiada pela AEPET dando ganho de causa a Repsol, alegando que a empresa iria perder os investimentos que não fez. Como a empresa não respeitou a liminar, a decisão foi um benefício ao infrator.

A mais recente ameaça que paira sobre a Petrobrás e o país é o Projeto de Lei 226, do senador Rodolfo Tourinho, coincidentemente, ex-ministro das Minas e Energia de FHC, o qual, agredindo o direito constitucional de propriedade, confisca os dutos de óleo e gás da Petrobrás para entregá-los à ANP que os 'arrendará' para as transnacionais e, certamente, transferirá boa parte do gasoduto Bolívia-Brasil para a Shell e British gás, proprietárias da Comgás, distribuidora de gás paulista, vendida pelo então genro de FHC, David Zilberstajn, por preços-doação praticados nas privatizações do governo FHC. Não vimos uma palavra contrária da mídia;

Conclusão

Com a mesma autoridade que temos criticado duramente o governo LULA na questão energética (leilões de áreas de petróleo e não investimento em energia renovável); na questão econômica (juros altos e superávit primário que impedem o crescimento, não recomposição de perdas salariais); na questão previdenciária em que se inventa um déficit inexistente para justificar uma perniciosa reforma (na previdência pública não existe déficit e sim desvio das verbas do Pis/Cofins e CSLL, criadas para a previdência, para pagar juros). Na previdência pública o governo optou por não recolher suas contribuições para os seus funcionários e pagá-las em forma de salário. Agora quer dar o calote através de nova reforma. Também discordamos profundamente do projeto de Lei 4776 que entrega terras da Amazônia para empresas estrangeiras por 40 anos, prorrogáveis, votado e transformado em Lei.

Pois é com essa mesma autoridade crítica que afirmamos que a atitude do governo brasileiro em relação ao boliviano está correta. Há duas razões para essa exacerbação da grande mídia (controlada pelo capital financeiro internacional como mostra o escritor americano, John Perkins, em seu livro 'Confissões de um assassino econômico', editado pela Cultrix):

I) 50% das ações da Petrobrás estão em mãos de empresas americanas;

II) Os EUA não querem que lideranças latino-americanas se tornem paradigmas de nacionalismo e de defesa dos interesses do seu povo. John Perkins mostra bem isto em seu livro quando explica o assassinato de Omar Torrijos, que retomou o canal do Panamá, Jayme Roldós, que nacionalizou o petróleo do Equador, Salvador Allende do Chile, Jacob Arbens, presidente da Guatemala, que tentava impedir que a Unite Fruit, do Bush pai, destruísse a Guatemala e outros. Na semana passada o 'Jornal Nacional' mostrou a secretária Condoleeza Rice vociferando ameaças de intervenção militar em países da América Latina, de cujos recursos naturais não renováveis os EUA dependem profundamente, mas não querem pagar o justo valor.

A AEPET considera a soberania um valor inalienável e, portanto, o presidente da Bolívia tem o dever de defender os interesses do povo que o elegeu através do único bem mineral que resta ao seu país tão explorado em suas riquezas no passado. Da mesma forma achamos que o governo LULA tem dever de defender o patrimônio da população brasileira que o elegeu. Temos recursos minerais abundantes, temos o maior volume de água doce do planeta que, junto com a energia do sol, nos faz o país mais viável do mundo. Também defendemos o direito de autodeterminação dos povos, hoje tao desrespeitados pelo poder do império anglo-americano. (Diretoria e Conselho Deliberativo da AEPET) (AEPET , 18.05.2006)

Entrevista Paulo Delgado

Henrique Gomes Batista, Brasília

Professor, sociólogo e com cinco mandatos pelo PT, o deputado federal Paulo Delgado (MG) tem uma avaliação ácida da crise do gás. Para ele, há provas de que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, influenciou na nacionalização da Bolívia — que afirma ter sido decidida em Cuba — e o Itamaraty errou. Em sua opinião, o presidente da Bolívia, Evo Morales, está sendo leviano e merece uma resposta enérgica, como rompimento e expulsão dos imigrantes bolivianos ilegais.

Como o senhor viu as declarações de Evo Morales sobre a Petrobras e o Brasil em Viena?

Paulo Delgado: Demonstram baixo apreço pelas instituições e pela democracia. A Bolívia nunca aceitou desinteressadamente nada do Brasil. Ele não conhece a História da Bolívia nem das relações diplomáticas.

O que motivou a nacionalização na Bolívia?

Delgado: Morales está movido pela reunião de 28 e 29 de abril, em Havana. Lá foi criado o pacto entre Bolívia, Venezuela e Cuba para um tratado de comércio entre os três. Nele está escrito que a Venezuela estimulará uma ampla cooperação no domínio energético e de minério da Bolívia, por meio de assistência técnica e jurídica. Há ainda a ampliação do fornecimento de óleo cru, produtos refinados, GLP e asfalto, tendo como compensação produtos da petrolífera YPFB e da mineradora Comibol. Ou seja, o acordo contra o Brasil foi firmado nesse encontro. A expropriação veio dois dias depois.

Dá para confiar nas negociações que começaram?

Delgado: Estamos diante de dois litigantes de má-fé. Morales está mentindo. Ele e Chávez confundem soberania com ruptura de contratos. Mas só para o Brasil. Porque Evo sabe que a Venezuela é um fornecedor confiável de petróleo para os EUA. O que eles fazem com o Brasil não fazem com o governo americano.

Isso mostra que é preciso uma política externa mais enérgica?

Delgado: A boa diplomacia é feita com vigor e rigor, tanto como a boa poesia. E não pode ser feita de saís aromáticos nem variações em torno da piedade ou da caridade entre os povos. Nenhum país, por mais pobre que seja, pode rasgar contratos.

Como será a negociação a partir de agora?

Delgado: Até Morales vestir terno vai demorar. O terno representa o poder civil e ele traz parâmetros que o poder militar e o populismo não têm. Acho que a América Latina vem sofrendo com isso, há uma onda de exasperação que está pondo à prova todas as fronteiras.

O Brasil errou ao apoiar Morales?

Delgado: Errará sempre que quiser influenciar eleições em outros países. O Brasil errou no governo passado quando quis influenciar a eleição no Peru contra (o presidente Alejandro) Toledo. Assim como a benevolência com Chávez, quando ele vem dar palpite no Brasil ou no Peru. Sempre que o Brasil quis influenciar as eleições acabou agravando a situação brasileira dentro dos países ou perdendo apoio posteriormente. A diplomacia brasileira é secular e não pode ser tão surpreendida por situações de políticas internas. E essa não é a primeira vez, ocorreu com a dissolução da União Soviética e com a reunificação da Alemanha. São três episódios de inexplicável surpresa para a diplomacia brasileira, que é uma das melhores do mundo, mas às vezes frágil na análise prospectiva.

E isso aconteceu novamente agora?

Delgado: Raciocinamos como o Fórum São Paulo (que reúne partidos de esquerda latinos há mais de dez anos). Mas nem no Fórum os partidos têm harmonia de posições. Na prática, quando membros do Fórum são eleitos presidentes, é preciso tratá-los em outro nível.

O que o Brasil precisa fazer para a Bolívia respeitá-lo?

Delgado: Primeiro, dizer a Morales que ele deixe a falsa pureza de lado. Tenho absoluta confiança na diplomacia brasileira e no presidente Lula. E devemos, se houver alguma hostilidade maior, devolver imediatamente todos os bolivianos e romper relação com a Bolívia. O Brasil não deve participar da estratégia eleitoral interna da Bolívia. É um erro. O Evo Morales está reagindo com desfaçatez a um país pacifista e de maneira pusilânime com países bélicos.

Quais são as medidas a serem tomadas?

Delgado: Retirar nosso embaixador da Bolívia, entrar logo na OMC (Organização Mundial do Comércio) contra eles. Ir para a arbitragem internacional, defender a Petrobras. Deixar a pobre Bolívia virar protetorado da Venezuela e esperar passar essa crispação.

Chegou a hora do revide?

Delgado: Revide é uma palavra muito forte. Mas está caminhando para uma questão de lesa-pátria, a ser tratada com vigor e rigor, como a poesia. Devemos nos preparar para a morte da diplomacia no continente e o agravamento do nacionalismo manipulatório, vaidoso, simplório e arrogante.

Qual é o futuro de Morales?

Delgado: Isolar mais ainda a Bolívia e afundar junto. Nenhum líder que chegue à Presidência tem o direito, seja indígena ou não, de se propor herdeiro do povo de seu país. Há com Chávez e Morales o que não há com Tabaré (Vásquez, do Uruguai) e (Michelle) Bachelet (do Chile). Chávez e Evo disputam a popularidade fácil e identificam-se com os preconceitos do povo. Não se extrai autoridade de demagogia. (*O Globo*, 14.05.2006)

CNM/CUT contra as demissões na GM

Nota da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT contra as 960 demissões na General Motors, em São José dos Campos (SP).

A General Motors anunciou, no último dia 15, sua intenção em demitir 960 trabalhadores na fábrica de São José dos Campos, alegando que, face aos altos custos de produção no Brasil - e em especial em SJC - com a valorização do real frente ao dólar, reduziria o seu programa de exportação em cerca de 50 mil veículos ao ano. Mencionou também que abasteceria os mesmos mercados a partir de sua unidade na Espanha.

A CNM/CUT esclarece aos trabalhadores e à opinião pública:

*A GM norte-americana anunciou 30 mil demissões nos EUA e Canadá, em novembro de 2005, como parte de um plano de reestruturação;

*A GM Europa (dona das marcas Opel, Saab e Vauxhall), que já demitiu 12 mil trabalhadores em 2005, anunciou nesta semana pelo menos mais mil demissões na fábrica de Ellesmere Port no Reino Unido, dizendo que a mesma pode ser fechada. Ainda ameaça o fechamento das fábricas de Azambuja, em Portugal, e Bochum, na Alemanha, entre outras;

*Pelos dificuldades momentâneas da GM nestes mercados, ela tem vendido ativos e participações para fazer fluxo de caixa - entre outras a GMAC, braço financeiro da GM, a Divisão Eletromotriz e suas participações na Suzuki, Isuzu, Subaru e Fuji Heavy Industries;

*Portanto, as demissões anunciadas no Brasil devem ser entendidas, antes de mais nada, no escopo de uma reestruturação mundial da empresa;

*A jornada de trabalho na fábrica de Figueruelas/Zaragoza (única planta na Espanha), é de 38,5 horas semanais e em São José dos Campos é de 40 horas semanais. O salário médio mensal em SJC é 40% menor que na GM/Opel - Zaragoza. Como os custos de material representam cerca de 2/3 dos custos totais e são preços, sobretudo, em Euros ou preços internacionais (commodities), não parece verossímil que os custos na Espanha sejam menores, ainda mais considerando que a Espanha está na zona do Euro que tem cotação 30% superior ao dólar.

A CNM/CUT se solidariza com os trabalhadores na GM/SJC e vai orientar os seus militantes em SJC, seus 96 Sindicatos e as suas sete federações estaduais a se somar ao Sindicato dos Metalúrgicos de SJC na luta em defesa dos empregos. Não estão descartadas greves e paralisações nas plantas da GM e/ou nas suas empresas fornecedoras.

A CNM/CUT buscará auxiliar na negociação com a empresa, entidades patronais, governos, e muitos outros órgãos, medidas que evitem tais cortes de postos de trabalho que, somados aos da Volkswagen, podem gerar um impacto de centenas de milhares de postos de trabalho ao longo da cadeia produtiva. Já estabelecemos contatos com os sindicatos que representam os trabalhadores na GM nos outros países afetados e vamos atuar conjuntamente sob a coordenação da Federação Internacional dos trabalhadores Metalúrgicos (FITIM).

São Paulo, 17 de maio de 2006.

Carlos Alberto Grana - Presidente da CNM/CUT

Valter Sanches - Secretário de Organização da CNM/CUT

GM demite 960 e culpa câmbio

Cortes serão na fábrica de São José dos Campos e correspondem a 10% da mão-de-obra

Duas semanas após o anúncio da Volkswagen do Brasil, de que vai demitir milhares de trabalhadores, a General Motors informou ontem que também vai eliminar quase 10% do quadro de funcionários da fábrica de São José dos Campos, na região do Vale do Paraíba (SP). A unidade que produz os modelos Corsa, Meriva, Montana e Zafira e emprega cerca de 9,7 mil trabalhadores vai cortar 960 postos até julho e encerrará um turno de trabalho na unidade de automóveis. Na Volks, os sindicalistas falam em 5.773 demissões em três fábricas do grupo até 2008.

O motivo dos cortes, segundo o presidente da GM do Brasil, Ray Young, é a queda das exportações. Um dos contratos perdidos recentemente é o da exportação anual de 12 mil modelos Meriva para o México. A fábrica do grupo em Zaragoza, na Espanha, passará a fornecer o veículo para os mexicanos. "Esse é o último mês de vendas da Meriva para o México, pois atualmente a Espanha tem preço melhor", disse o executivo.

Ao todo, as exportações da GM do Brasil vão baixar de 208 mil unidades em 2005 para 163 mil este ano. Só o México havia comprado no ano passado 60 mil veículos.

Ao mesmo tempo em que anunciou os cortes na unidade do interior de São Paulo, Young confirmou 670 contratações na fábrica de Gravataí (RS) durante o ano. As contratações serão feitas pela montadora e por fornecedores que atuam dentro da fábrica gaúcha para o início da produção, em 2007, de um novo modelo compacto, que vai dividir a linha de montagem com o Celta.

Para a fábrica de São Caetano, Young mantém a contratação de 300 engenheiros este ano e mais 300 até 2008. Na conta total, informa o executivo, a GM deve encerrar 2006 com 310 novos empregos e um total de 21 mil pessoas em todas as fábricas do grupo.

Mesmo a promessa do governo de estudar melhores condições para o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para linhas de exportação não altera o plano de cortes em São José dos Campos. "Certamente ajuda, mas não salva nossas exportações", disse Young. A fábrica produz atualmente 120 mil veículos ao ano, volume que cairá pela metade. Já a linha de montagem dos comerciais leves Montana e Blazer será ampliada, mas a produção desses veículos tem menor participação nos negócios da empresa.

O presidente da Volks, Hans-Christian Maergner, reafirmou ontem o plano de reestruturação da empresa no País, sem detalhar número de demissões. Segundo ele, os cortes são consequência da queda das exportações, de 256 mil unidades para 197 mil este ano. Ele informou que a previsão da marca é de vender 401 mil veículos no mercado interno, 15% a mais que em 2005, "excluindo a possibilidade de greve". Os trabalhadores da empresa ameaçam iniciar paralisações nas cinco fábricas do grupo a partir de 22 de maio em protesto contra as demissões.

Ford e Fiat também confirmaram queda nas exportações, mas nenhuma delas fala em demitir pessoal. A Fiat, ao contrário, informou que está contratando 80 engenheiros em Betim (MG) para fortalecer o desenvolvimento de projetos locais.

Os executivos das montadoras participaram, em São Paulo, de seminário sobre a revisão das perspectivas do setor, organizado pela publicação especializada Autodata.

CENTRAIS

Para os presidentes das duas maiores centrais sindicais do País - a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical - o anúncio das demissões da GM em São José dos Campos só reforça os problemas que a valorização do real frente ao dólar vem provocando em diferentes setores da economia brasileira. Para João Felício, presidente da CUT, só uma intervenção do governo resolveria a situação atual de desajuste do câmbio.

"Sempre achamos que o câmbio tem que ser mais administrado. O governo não pode deixar simplesmente por conta do mercado, que tem interesses próprios", defendeu Felício. "O governo pode intervir diminuindo a taxa de juros, e se isso não for suficiente, definir um valor para o dólar que favoreça as exportações".

Para Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical, os cortes na GM devem criar um clima de tensão ainda maior entre os trabalhadores do setor automobilístico, já abalados com o anúncio de demissões na Volkswagen. "Será um caos, pois cada emprego numa montadora significa mais dois ou quatro ao longo da cadeia produtiva". Segundo o sindicalista, se o governo não encontrar formas de equilibrar rapidamente o câmbio, as demissões podem se espalhar pelas empresas exportadoras. (Cleide Silva) (*O Estado de S. Paulo*, 16.05.2006)

Jornalismo de Veja não vê, chuta

Por Alberto Dines

A edição nº 1956 de *Veja* (17/5/2006) transformou-se instantaneamente num clássico da impostura jornalística. A justificativa posterior, assinada pelo diretor de Redação Eurípedes Alcântara, não ficou atrás: é um clássico de cinismo. Juntas, convertem-se na bíblia do parajornalismo - combinação de chantagem, espionagem e paranóia.

A matéria "A guerra dos porões" (págs. 40-45) segue uma linha que *Veja* persegue há tempos - derrubar o presidente da República, a maior autoridade do país. Mas foi pensada, escrita e editada no extremo oposto - nos porões de uma profissão que já foi considerada missionária, romântica, decente e respeitável.

Esta que se apresenta como a quarta maior revista do mundo ocidental (quem garante?) e agora traveste-se como "a mais respeitada revista brasileira" (está provado, não é?) sintetizou de forma admirável e trágica a história da sua própria decadência.

Embora o presidente Lula tenha protestado em termos impróprios contra o repórter Márcio Aith (sem mencionar o nome), fica evidente que se referia ao parajornalista e pau-mandado Diogo Mainardi, que pegou carona na entrevista concedida pelo banqueiro Daniel Dantas.

Nas redações de revistas noticiosas as matérias passam por muitas mãos, a responsabilidade é da direção da Redação - e, neste caso específico, da alta direção da empresa. Uma acusação ao presidente da República, soprada por uma figura como Daniel Dantas, só pode ser publicada quando há indícios consistentes. Aqui, consistente foi o delírio.

Apuração precária

Tudo na matéria é assumidamente inconsistente, incoerente, duvidoso, incerto e inseguro. A alegação de Eurípedes Alcântara de que as informações publicadas "esgotam a investigação jornalística", além da fanfarronice juvenil é um atestado público das limitações de Veja em matéria de investigação jornalística. Quem não tem competência que não se habilite.

Sem a ajuda de arapongas, espíões e malfeitores de alto ou baixo coturno Veja não consegue dar um passo. Melhor seria que continuasse na esfera da celulite, impotência, incesto, longevidade, botox, infidelidade e espiritualismo - onde, aparentemente, lidera incontestemente.

Uma revista adulta, minimamente responsável, não pode inscrever esta explicação simplória debaixo de uma lista com os nomes de grandes figuras da República e as quantias que teriam no exterior:

Veja usou de todos os seus meios para comprovar a veracidade dos dados. Não foi possível chegar a nenhuma conclusão - positiva ou negativa.

Isto não é piada, é epitáfio. Atestado de óbito jornalístico. Conclusão negativa seria uma não-notícia cujo destino é a cesta de lixo. Essa sequer é uma não-notícia, mas simples suspeita veiculada por fonte suspeitíssima e que, apesar dos "seis meses de investigações", continua tão precária quanto antes da investigação. O mesmo aconteceu com os dólares de Havana que a respeitada publicação até hoje não conseguiu comprovar.

Exemplo venezuelano

Que o carro-chefe da Editora Abril tenha optado pelo haraquiri é problema da Abril. Porém a matéria de Veja vai além, ao comprometer a imprensa brasileira como instituição no exato momento em que a palavra de ordem dos calhordas pilhados em flagrante é vilipendiá-la - justamente por que a imprensa aprendeu a investigar e agora consegue se livrar dos vídeos, fitas e dossiês secretos que apareciam misteriosamente nas redações ou eram comprados de arapongas profissionais.

Passados dois dias da publicação das calúnias em Veja, o que chama a atenção é a absoluta ausência de manifestações opinativas no resto da imprensa sobre o seu aviltante comportamento. Nas edições de domingo (14/5), a matéria e a resposta do presidente Lula mereceram chamadas nas primeiras páginas do Globo e da Folha de S.Paulo. Na segunda-feira o assunto mirrou.

Nenhum editorial, apenas uma opinião, evidentemente apressada, do articulista Clóvis Rossi (Folha, 14/5, pág. 2), que de Viena considerou os supostos depósitos no exterior "quase impossíveis de desmentir". A imprensa brasileira oficializou a postura do avestruz: Veja provocou uma inédita manifestação de um chefe de Estado, mas isso não pode ser comentado, contestado ou condenado, apenas noticiado. O senso crítico do leitor não pode ser exacerbado.

Um magistrado, um parlamentar e um ministro podem ser linchados pela mídia quando cometem ilícitos. Mas revistas ou jornais são inimputáveis - mesmo em crimes de lesa-pátria e lesa-majestade - graças ao habeas corpus da solidariedade corporativa. Esta mesma camaradagem tipo country club foi intensamente utilizada na vizinha Venezuela e o resultado foi (1) a ascensão do caudilho Hugo Chávez, (2) o ressentimento das massas incultas contra los medios de comunicação e (3) o castigo imposto a todos - bons e maus jornalistas, bons e maus veículos: uma imprensa encurralada.

Enquanto o narcoterrorismo captura um estado e com ele o Estado, o padrão Veja de jornalismo captura o senso crítico da sociedade brasileira para torná-la presa fácil dos desvarios. (*Observatório da Imprensa*, 16.05.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>